

AS RELAÇÕES PEDAGÓGICAS NUM AMBIENTE DE COOPERAÇÃO E AUTOGESTÃO

Marisa Nunes Galvão*

Resumo: O cooperativismo recoloca-se hoje, como espaço de democratização das relações de trabalho, manutenção e criação de postos de trabalho. Focando-se os processos pedagógicos gestados nestas organizações, verificar-se-á de que maneira os princípios da cooperação e da autogestão contribuem para a formação destes sujeitos, o que muda ou não num espaço historicamente masculino e capitalista. Inserem-se num contexto socioeconômico de flexibilização, precarização, e de "economia solidária". Por meio da autogestão buscam maior autonomia, participação nas decisões e a diminuição das disparidades salariais. Há grande diversidade de experiências, hierarquizadas ou mais democráticas, com forte presença de mulheres e que procuram discutir diferentes concepções de educação.

Palavras-chave: Cooperação, autogestão, economia solidária, relações de trabalho, solidariedade, relações de gênero.

A presente comunicação foi elaborada a partir dos dados e informações já sistematizados, resultantes do desenvolvimento, no curso de doutoramento, do projeto de pesquisa: *Cooperação e autogestão: mudanças ou permanências nas relações de trabalho?*

O objetivo do referido projeto, é identificar os processos pedagógicos através dos quais homens e mulheres aprendem a trabalhar em um sistema de cooperação e autogestão. Partindo-se do pressuposto de que, dadas as mudanças observadas no mundo do trabalho, mudam também os padrões de organização do processo de produção e de trabalho, verificar-se-á se estão sendo construídos novos padrões em organizações comprometidas com os princípios da cooperação e da autogestão e, em que medida diferenciam-se ou não, da organização fordista/taylorista. Verificar-se-á então, como as relações pedagógicas desenvolvidas no interior destas organizações contribuem para a formação dos sujeitos que nelas atuam; ao se considerar as diferenças presentes nas relações de gênero.

A hipótese com a qual se trabalha, é a de que, as relações de trabalho estabelecidas nestas cooperativas são mais democráticas, e contribuem para a disseminação de práticas solidárias, alterando assim, o padrão de relações de trabalho encontrado em empresas hierarquizadas e heterogeridas.

No estágio de desenvolvimento em que se encontra a pesquisa, algumas informações já são possíveis de serem apontadas. Serão contempladas nesta oportunidade, informações acerca do contexto no qual se inserem estas organizações, sobre o novo cooperativismo e suas características mais significativas, as cooperativas autênticas e as falsas cooperativas, suas diferentes origens, a forma como se relacionam com o Estado, com o mercado, com as demais empresas, com os sindicatos. Além destes, serão apontados alguns aspectos sobre as relações de trabalho e a gestão das cooperativas, sobre a educação e qualificação dos cooperados, e a significativa presença de mulheres nestas organizações.

Inicialmente, cabe ressaltar que o cooperativismo, embora seja uma forma secular de organização do trabalho, está recolocando-se hoje, como alternativa para responder ao processo de desemprego e precarização social. Evidencia-se este fato por meio do notório crescimento de experiências diversificadas, inseridas nos mais diferentes setores socioeconômicos, especialmente nas duas últimas décadas.

Observa-se a partir da década de 70, um conturbado período de mudanças, caracterizado por reestruturação econômica, reajustamento social e político, indicativos de um novo regime de acumulação: a *acumulação flexível*. Contrastando com a rigidez do sistema de produção fordista/taylorista, entra em cena a *flexibilização* dos processos de trabalho, dos mercados, dos produtos e padrões de consumo, das inovações tecnológicas e organizacionais. O

* Universidade Estadual de Campinas.

mercado de trabalho sofre os impactos desta reestruturação, facilitada pela fragilização do movimento sindical frente ao crescente desemprego. O processo de reestruturação promove a redução do emprego regular, abrindo caminho para a crescente prática do trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado, bases da chamada *precarização*.

Tal precarização das relações de trabalho invadiu o espaço social, por um lado em função dos movimentos de expansão e recessão impulsionados pelo capital nos últimos vinte anos; por outro, através dos processos de racionalização implantados nas empresas objetivando o enxugamento do contingente de trabalhadores estáveis. Parecem permanecer empregados apenas os mais qualificados, e as empresas subcontratadas absorveram parte dos trabalhadores, que passaram à condição de *precários*. Esta nova estratégia do capital atinge diretamente as relações de trabalho, promovendo a exclusão de um grande contingente de trabalhadores. É importante observar que a nova dinâmica das relações imposta pela globalização e pelo neoliberalismo, faz com que as pessoas passem a utilizar o tempo de forma mais descomprometida. Submetem-se à grandes riscos, acreditando que é esta a maneira mais adequada de viver, de obter sucesso, de ascender socialmente, de realizar-se. (SENNETT, 1999)¹

Respondendo à este contexto, diferentes alternativas estão sendo gestadas, principalmente no bojo das camadas populares, as mais atingidas, para enfrentar o desemprego e a insegurança dele resultante. Estão sendo reconstruídos valores como os da solidariedade, da ajuda mútua e das ações coletivas. Esta busca de estratégias individuais ou coletivas, para combater as injustiças sociais não é recente, mas é nova a generalização de algumas experiências na América Latina e no Brasil, que estão respondendo às transformações do capitalismo². Experiências econômicas diversificadas, que envolvem atividades de pequena escala, como pequenos negócios, prestação de serviços, microempresas de produções familiares, artesanais, compõem o que hoje se denomina de "*economia solidária*" ou "*economia popular*".

Estas iniciativas estão alterando a organização dos processos e das relações de trabalho, na medida em que estão sendo construídas a partir, não apenas da necessidade de manter ou criar um posto de trabalho, mas da solidariedade. Outro exemplo deste tipo de iniciativa, próximo à idéia da economia solidária, são as Organizações Econômicas Populares³ - OEPs (TIRIBA, s/d.). Estas se distinguem das microempresas na medida em que se caracterizam pelo investimento da força de trabalho, e não de capitais, apresentando formas alternativas de produção.

Uma das características marcantes do contexto em que estão crescendo as cooperativas, é o ressurgimento do chamado *terceiro setor*. De forma geral, tem sido representado pelo conjunto de organizações sociais, não estatais, não mercantis, que mesmo privadas, não visam lucros, na medida em que seus objetivos assumem um caráter essencialmente social, público e coletivo. Fazem parte deste conjunto de organizações as associações comunitárias, organizações não-governamentais - ONGs, cooperativas, etc.

Hoje, o universo cooperativista apresenta-se absolutamente diversificado. Não obstante o fato de representarem, em alguns casos, a única possibilidade concreta de manutenção de postos de trabalho, as organizações cooperativas estão aumentando numericamente e inserindo-se nos mais variados setores econômicos, com distintas propostas de organização da produção e do trabalho, apoiando-se em diferentes matizes ideológicas. O novo cooperativismo colocado hoje, reafirma, de acordo com Singer, os valores ligados ao ideário socialista, quais sejam, "*democracia na produção e distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social*". (SINGER, s/d, pp 04)⁴

De acordo com este autor, o que difere as novas cooperativas das mais antigas, tradicionais, não é o que produzem, se mercadorias ou produtos agrícolas, não é sua localização, se rural ou urbana, mas essencialmente o fato de serem organizações que não possuem capital e patrão.(SINGER,1998)⁵. Essas características dão uma configuração totalmente nova às relações estabelecidas no interior destas organizações, independentemente de suas atividades externas.

Sennett, Richard. *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1999.

Pesquisas realizadas pelo Programa de Economia do Trabalho - PET informam que existiam 492 organizações econômicas populares em Santiago do Chile, em 1989. Em 1992 este número saltou para 5.300, mobilizando 5.000 trabalhadores.

Razeto, 1993, apud Tiriba, s.d., indica 5 tipos de atividades que fazem parte da economia popular: soluções assistenciais (mendicância, beneficência); atividades ilegais (delitos, prostituição, furtos); iniciativas individuais informais (ambulantes, serviços domésticos); microempresas, pequenas oficinas (negócios familiares) e OEPs, pequenos grupos que solidariamente se organizam para enfrentar os problemas econômicos e sociais imediatos.

⁴ Singer, Paul. *Cooperativismo e Sindicatos no Brasil*. [s.n.t]

⁵ Universidade de São Paulo: *Seminário sobre Incubadoras - Pontos essenciais da experiência da UFRJ*, São Paulo, set/1998, pp. 1-32.

As novas cooperativas parecem contribuir, com base em experiências e estudos recentes, para a redefinição da concepção de propriedade, de processos decisórios e de apropriação dos resultados do processo de trabalho. Assim, no debate mais recente, as organizações cooperativas são definidas como associações de pessoas com três características básicas: a *propriedade cooperativa* que determina que seus usuários são seus proprietários e não aqueles que detêm o capital; a gestão cooperativa que concentra o poder de decisão nas mãos dos associados e a repartição cooperativa, garantindo que a distribuição do lucro seja feita proporcionalmente à participação dos associados nas operações desta. (PANZUTTI, 1996)⁶.

As experiências nascidas na última década trazem consigo muitas das características encontradas nas cooperativas do século passado, pois representam uma iniciativa das camadas populares para enfrentar as péssimas condições socioeconômicas. Entretanto, revelam algo de novo, na medida em que procuram responder às atuais transformações das relações de trabalho, à reestruturação produtiva e aos novos paradigmas tecno-produtivos. Estão propondo um modelo de organização diferente do tradicional, elaborado através de uma visão crítica da Doutrina Cooperativista e colocam-se como possíveis alternativas à organização econômico-social. Representam uma proposta de "inclusão", uma tentativa de reintegrar os desempregados, precarizados e excluídos, estimulam a constituição de redes para melhor intercâmbio da informação e procuram integrar-se ao desenvolvimento local ou regional. Podem ser caracterizadas pela autogestão, pela forte preocupação com a incorporação de novas tecnologias e nascem, fundamentalmente, da ação de trabalhadores desempregados, ou que perderam a condição de assalariados.⁷ Este conjunto de características abre uma perspectiva de superação da dimensão puramente econômica, valorizando o desenvolvimento integral do homem.

As formas legais e/ou jurídicas de classificar as cooperativas não dão conta da dimensão subjetiva presente nestas organizações, e que lhes confere outra tipologia, a partir de seus princípios constitutivos. Nesta perspectiva, encontramos cooperativas consideradas *autênticas*, que possuem compromisso com os princípios cooperativos, e portanto, organizam-se tendo como valores fundamentais o coletivismo, a participação, a autogestão, a solidariedade, a democracia. Diferentemente destas, são as cooperativas que apenas valem-se de brechas legais, para usufruírem de incentivos ou para rebaixar o custo dos encargos sociais. São chamadas assim, de *falsas cooperativas*, ou *coopergatos* na zona rural, onde inicialmente apresentaram significativo crescimento.

As cooperativas denominadas *de trabalho* ou *de mão-de-obra*, estão merecendo atenção especial, pois têm sido bastante utilizadas para a organização das *falsas cooperativas*. Trata-se da má utilização da legislação cooperativista com o único propósito de facilitar os processos de terceirização ou de flexibilização das relações de trabalho. São muitos os casos em que a constituição de cooperativas, longe de ser uma iniciativa dos próprios trabalhadores embasada nos princípios da cooperação, objetiva apenas a diminuição do custo da mão-de-obra para obtenção de maiores lucros. Pode ser também, uma forma de fraudar o Direito do Trabalho. As falsas cooperativas estão crescendo significativamente, e constituem-se tão somente em cooperativas *de fachada*, para que grandes empresas nacionais e multinacionais, possam contratar mão-de-obra com menor custo e usufruir dos incentivos fiscais concedidos às estas organizações.

São várias as formas pelas quais organizam-se cooperativas. Encontramos atualmente experiências originadas da falência ou fechamento da antiga empresa; originadas a partir da decisão espontânea dos trabalhadores que buscam sobreviver de forma autônoma com os rendimentos de pequenas produções ou prestação de serviços; experiências fomentadas pelo Estado, como alternativa política de geração de emprego e renda, e ainda, experiências originadas a partir das Incubadoras de cooperativas e, mais recentemente, organizadas juntamente com as respectivas entidades sindicais.

O Brasil possui uma longa trajetória na organização de cooperativas, cujas relações estabelecidas entre estas e governos talvez seja um dos grandes motivos que impediram, ao longo do tempo, maior aproximação entre a população e essas organizações. Hoje, a forma como estão organizadas as cooperativas reflete o resultado do intervencionismo governamental centralizador e paternalista, fortemente influenciado por Vargas e, em seguida, pelo regime militar. As exceções estão, principalmente no sul do país, onde a tradição do comunitarismo possibilitou a disseminação de outros modelos de cooperativismo. De acordo com Oliveira, o fato do cooperativismo estar até os dias de hoje protegido por uma legislação inadequada revela a falta de acompanhamento e de divulgação por

⁶ Panzutti, Ralph. "Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo - caso da cooperativa dos agricultores da região de Orlandia". Tese de Doutorado em Economia - Instituto de Economia UNICAMP, Campinas, 1996

⁷ Interessante estudo sobre a constituição da Sociedade Salarial está em Castel. As metamorfoses da questão social: R.J. Vozes, 1998.

parte do Estado, facilitando assim o controle historicamente exercido. Lembra ainda, que foram construídos fortes laços entre o Estado e cartéis cooperativos que organizaram grandes empresas cooperativas lucrativas e articuladoras de favorecimento político, fato que ilustra a apropriação pelo Estado do cooperativismo, tendo como mediadores grandes grupos capitalistas. (OLIVEIRA, 1999)⁸

Atualmente, a participação do Estado na formação de cooperativas tem se dado de diferentes formas. Há situações em que o Estado, aliado ao grande capital, financia, oferece incentivos legais, para a formação de cooperativas com fins exclusivos de terceirização de mão-de-obra. Em outras situações estimula e fomenta este tipo de organização, como projeto político para geração de emprego e renda, é o caso por exemplo, de algumas prefeituras que constituíram Incubadoras.

As incubadoras prestam os serviços necessários para a montagem ou reciclagem de cooperativas. De modo geral são constituídas por um núcleo básico interdisciplinar, que conta com uma equipe permanente formada por técnicos das áreas de administração, contabilidade, economia, direito, sociologia, psicologia, educação, engenharia de produção, serviço social, arquitetura, programação visual e consultores de várias áreas. Atua diretamente nas comunidades, ou organizando grupos de trabalhadores desempregados, desenvolvendo um trabalho composto por fases diferenciadas que podem ser assim resumidas: uma primeira fase contempla um curso básico com noções de cooperativismo e implicações com o trabalho; na segunda, inicia-se o processo de legalização, cursos técnicos de aperfeiçoamento para estruturação da cooperativa e para qualificação de suas atividades. Na terceira fase a cooperativa está em condições mínimas de inserir-se no mercado, contando com assessoria e acompanhamento da incubadora. Estas incubadoras estão sendo amplamente formadas no âmbito de várias universidades, numa importante iniciativa de colocar o trabalho acadêmico a serviço das cooperativas. Através destas assessorias, as cooperativas assistidas recebem no início da experiência, todo o apoio técnico necessário para um bom desempenho no mercado.

Uma outra forma de ser organizada uma cooperativa, refere-se às empresas capitalistas que, por problemas de má administração, ou por impossibilidade de continuarem produzindo com rentabilidade, ao entrar em processo de falência, são assumidas pelo conjunto dos trabalhadores que organizam associações ou cooperativas, comprometendo-se à recuperá-las. Em muitos casos, assumem inclusive as antigas dívidas, passando por um período inicial bastante difícil. Mesmo assim, existem experiências em que a produção foi retomada, os produtos tiveram sua qualidade aprimorada, e as finanças foram saneadas.

O contexto em que estão inseridas as cooperativas autogestionárias da última década é o da ordem social capitalista. Esta circunstância tensiona fortemente estas experiências, impondo-lhes sérios desafios, como o risco de isolamento, dificuldades de estrutura física, difícil acesso à tecnologia, etc. O primeiro problema a ser enfrentado no início da experiência é o financeiro. A obtenção de recursos para garantir o funcionamento do empreendimento, especialmente quando nasce da massa falida da antiga empresa capitalista, é tarefa que enfrenta grandes dificuldades relativas à lógica mercantil pela qual se pautam os bancos e outras instituições financeiras. Diante das características das políticas sociais do Brasil, especialmente as políticas de crédito, são remotas as possibilidades das novas organizações cooperativas obterem financiamentos ou crédito para impulsionar suas atividades.

Além desta, é forte a tensão vivenciada pelas cooperativas no que se refere às relações com os ambientes interno e externo. A contradição de praticar internamente a solidariedade, o companheirismo, a fraternidade, e sobreviver num ambiente social altamente competitivo, individualista, exige destas organizações um difícil aprendizado. (USP, 1998)⁹

Outro desafio colocado, refere-se à pressão exercida pelo capitalismo sobre estas organizações, que muitas vezes levam-nas na direção de um modelo comercial de empresa. Além disso, a forte concorrência dificulta ou até mesmo impede, o relacionamento entre as cooperativas, provocando forte disputa de mercados entre elas. Existe também o risco destas organizações desviarem-se de seus propósitos originais ao priorizarem a contratação assalariada. Tal política viria a degenerar suas funções, tornando-as tipicamente capitalistas. Também as sobras, que pretendem ser diferenciadas do lucro, nem sempre obedecem ao espírito inicial, provocando desigualdades de poder que ferem a proposta de democracia interna.

⁸ Oliveira, Benedito M. *O terceiro setor como gênese de um poder de contraposição e as 'succes stories'*. Texto apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET, 1999.

⁹ Universidade de São Paulo - USP - Op. Cit.

A relação entre sindicatos e cooperativas é também secular, no apogeu do movimento "owenista", no século passado, muitos sindicatos fiéis ao movimento, auxiliaram e promoveram a formação de muitas cooperativas de produção. (SINGER, s/d)¹⁰. A partir do surgimento do "novo cooperativismo", o envolvimento dos sindicatos com as cooperativas autogestionárias tem se dado de forma diferenciada. Em alguns casos existe um apoio efetivo por parte dos sindicatos; em outros, verifica-se grande distanciamento, situações de conflito ou até mesmo resistência. Entretanto, algumas destas entidades representativas têm manifestado recentemente, preocupação com os trabalhadores desempregados e excluídos, iniciativa que ganha corpo devido ao crescimento do desemprego e da precarização social. Deve ser registrado também, que muitos sindicatos estão propondo e assessorando grupos de trabalhadores com vistas a formação de cooperativas, bem como oferecendo apoio às experiências mais recentes e com maiores dificuldades. Contudo, deve ser considerado especialmente no Brasil, que os sindicatos não tem experiência alguma com estas situações, nas quais pressupõe-se a não existência da relação assalariada. Ao contrário, surgiram a partir da necessidade de defesa dos direitos e contra a subordinação e exploração promovidas pelas relações de trabalho capitalistas. Não obstante as muitas dificuldades dos sindicatos diante das novas cooperativas, cabe ressaltar importantes iniciativas como as da Central Única dos Trabalhadores - CUT, que fundou a "Agência de Desenvolvimento da Economia Solidária" - ADES, objetivando apoiar, de diferentes maneiras, a formação de experiências como as cooperativas. Considerando que a relação entre sindicatos e cooperativas autogestionárias está sendo construída, alguns pressupostos estão sendo apontados. Um deles refere-se à necessidade dos sindicatos ampliarem seu trabalho, contemplando especialmente os trabalhadores excluídos, os desempregados, sem perder de vista o papel de preservar as condições de trabalho mesmo quando os trabalhadores são os próprios gestores deste processo.

Desde as primeiras experiências cooperativas, havia a pressuposição de que as cooperativas possibilitam relações internas mais democráticas no âmbito do processo produtivo, garantindo maior envolvimento e participação dos trabalhadores, equidade na forma de distribuição do excedente, e o estabelecimento da identidade do trabalhador com o trabalho executado. Segundo reflexões da Incubadora da Universidade de São Paulo - USP, uma grande vantagem dos trabalhadores ao optarem por uma organização coletiva, é o fato de serem portadores da força de trabalho, considerada o principal capital do trabalhador.¹¹

Nas cooperativas consideradas verdadeiras, é possível que as relações entre os cooperados sejam, de fato, mais democráticas, autônomas, participativas. Delimitando-se o olhar sobre as verdadeiras cooperativas, verifica-se maiores possibilidades de que proporcionem liberdade aos trabalhadores. Mesmo que esta liberdade seja acompanhada pela responsabilidade de tomar decisões, podem gerir suas atividades, cujas regras de atuação são determinadas de forma democrática. Verifica-se também, preocupação com uma prática participativa, e solidária, na medida em que procuram organizar as atividades relativas à produção, ao trabalho e à gestão, de forma a permitir maior nível de participação dos trabalhadores, tanto no que se refere às decisões pertinentes ao cotidiano do trabalho, quanto àquelas relacionadas ao planejamento geral da organização. Procuram ainda, garantir transparência em todas as ações do grupo dirigente, por meio de reuniões informais, troca de informações e breves consultas. Abrem desta forma, algum espaço para a disseminação de valores opostos àqueles próprios das empresas capitalistas, nas quais predominam o poder hierárquico exercido de forma unilateral e a acirrada competição entre todos os trabalhadores.

Porém, nas falsas cooperativas, são reproduzidas as mesmas relações historicamente presentes nas empresas capitalistas, caracterizadas pelo forte controle hierárquico e pela subordinação. Cabe ressaltar inclusive, que muitas destas experiências, ao se valerem dos princípios cooperativos, elevam o nível de exploração, a intensidade do trabalho, para limites além dos encontrados nas empresas capitalistas.

Ao lado desta perspectiva de democratização, as experiências recentes encontram dificuldades. A lógica de gestão destas organizações, especialmente aquelas que optaram pela autogestão, inversa à lógica da empresa, provoca dificuldades de adaptação dos trabalhadores, exigindo grande confiabilidade e sobretudo, um novo processo de aprendizado que se dá cotidianamente.(CULT, 1999)¹² A cultura do trabalho experimentada por muitos trabalhadores, hoje cooperados, exige um outro aprendizado, na medida em que precisam se adaptar à nova lógica, diferente do trabalho mensal, celetista, heterogerido, comandado por um patrão. Muitos dos novos

¹⁰ Singer, Paul. Op. Cit.

¹¹ Universidade de São Paulo - USP, Op. Cit.

¹² Cult, M.N. *Sócios do suor: cooperativas de trabalho*. Texto apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET, 1999.

cooperados, precisam aprender a utilizar o potencial de conhecimento que possuem e a capacidade de colocarem-se como sujeitos das relações sociais que estão desenvolvendo no interior do processo de trabalho, abandonando assim, a cultura da subordinação.

Albuquerque entende a gestão das organizações cooperativas como multidimensional, na medida em que implica uma dimensão humana traduzida na preocupação com os recursos humanos (proteção, qualificação); uma dimensão racional traduzida na necessidade de eficiência econômica; outra dimensão relativa à legitimidade junto aos grupos da comunidade, ou seja, os associados e os consumidores, e a última dimensão relativa à continuidade/perenidade, traduzida na necessidade de desenvolvimento e manutenção do 'saber tecnológico' capaz de satisfazer clientes e assegurar o crescimento da organização. (ALBUQUERQUE, 1998)¹³.

A prática do cooperativismo tem sido utilizada pelo setor empresarial desconsiderando ou desviando a concepção fundamental da proposta que vincula diretamente formas de organização da produção às relações sociais delas advindas. Numa perspectiva exclusivamente gerencial, a cooperação pressupõe um modelo de desenvolvimento determinado internacionalmente, cuja autonomia das cooperativas condiciona-se à maior ou menor inserção das mesmas, no sistema econômico. Pressupõe também, a neutralização dos conflitos entre diferentes atores, uma vez que os sindicatos encontrariam maior dificuldade de ação. Acrescenta o autor, que os acordos e parcerias são ainda, uma forma de compensar as deficiências tecnológicas de algumas organizações, tendo a realidade demonstrado que, na prática, o poder de decisão permanece concentrado na empresa gestora. Até mesmo a concepção taylorista se mantém, na medida em que permanece o fracionamento da empresa na forma de um conjunto de entidades autônomas que se inter-relacionam por meio de uma rede de cooperação. Os acordos e parcerias estão assim, submetidos à lógica da própria empresa sem, entretanto, determinarem seus fins. A complementariedade que se dá entre os parceiros limita-se ao plano vertical, havendo em lugar de integração, apenas uma troca de experiências que se somam. Em outras palavras, permanece a hegemonia da organização tipicamente capitalista.

Não é possível, na perspectiva de Albuquerque, pensar em cooperativas sob a ótica reducionista da eficiência econômica, pois se assim for, não haverá ruptura com as práticas capitalistas e a solidariedade será tão somente o resultado da relação estabelecida entre usuários e clientes.

A educação de trabalhadores e trabalhadoras cooperados não pode ser compreendida de forma isolada. Mesmo contendo suas especificidades, a educação desenvolvida no interior das cooperativas é resultado tanto dos projetos cooperativos e autogestionários, dos processos pedagógicos construídos neste espaço específico de trabalho, das propostas de qualificação profissional e da política educacional como um todo. Sob a ótica de várias cooperativas, a educação é especialmente relevante, porque é entendida como requisito essencial para a elaboração e execução de um projeto alternativo de relações de trabalho e de produção. A concepção de educação que tende a nortear as cooperativas autogestionárias, e que está sendo indicada pela Associação dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária -ANTEAG, é da formação do homem integral, do cidadão trabalhador, levando em conta várias dimensões: a necessidade da educação escolarizada ou formal; da educação voltada ao saber técnico ou formação profissional; da educação política, voltada à sua atuação dentro e fora do ambiente de trabalho.(NAKANO, 1997).¹⁴ Neste sentido, considera que educação formal e educação política não estão separadas, na medida em que, qualquer proposta educacional traz implicitamente, uma posição política. Da mesma forma não é possível separar a educação humanística da educação para os negócios. Dada a disposição dos trabalhadores em empreender um conjunto de ações que objetivam a construção de laços solidários e cooperativos para a instalação de um autogoverno, ou ainda para a reelaboração de um projeto humanístico, fica evidenciada a importância da elaboração de novas propostas de educação formal e política que possibilitem a formação de uma nova cultura do trabalho. Nesta visão, está colocada a idéia segundo a qual, uma organização coletiva de trabalho será viabilizada se houver compromisso com uma determinada forma de agir e de viver.¹⁵

Embora seja comum a preocupação por parte das cooperativas, especialmente as autênticas, com a escolarização e a qualificação técnica dos cooperados, estas encontram dificuldades ao tentar convencer cooperados

¹³ Albuquerque, Paulo Peixoto. Cooperativas de trabalho, mudança das relações de produção? In: *Perspectiva*, Vol 12, nº1, São Paulo, Jan/mar/98.

¹⁴ Nakano, Marilena. "Educação formal, política e empresa autogerida". In: Vieitez, C.G.(org). *A Empresa Sem Patrão*, Marília: UNESP, 1997, pp.42-46.

¹⁵ Nakano, Op. Cit.

adultos de que a escolarização é requisito fundamental, não apenas para a organização, mas para seu próprio desenvolvimento humano. Neste aspecto, as dificuldades encontradas referem-se ao fato de que a escolarização não significou, para grande parte dos atuais cooperados, um diferencial de remuneração. Para muitos deles, a escolarização realizada não proporcionou resultados significativos na qualidade de vida, valorizam então, o ensino técnico e a formação profissional que, no imaginário social, pode representar oportunidades concretas de inclusão, de obtenção de renda.¹⁶

Uma outra visão apontada por Culti, é que "...a organização "cooperativa possibilita o resgate e a responsabilidade do saber técnico...", na medida em que os trabalhadores necessitam ter o domínio das atividades próprias de sua função e também, de todas as demais atividades executadas, seja na produção seja na administração.(CULTI, 1999, pp.12) Acrescenta que por meio da educação os trabalhadores poderão tomar consciência de seu potencial, irão adquirir qualificação, o que viabilizará a utilização de novas técnicas de gestão a partir da participação¹⁷. Tal visão é compartilhada por alguns cooperados argumentando que, através da educação abre-se caminho para a construção de relações mais democráticas no interior das empresas, possibilitando a todos os membros acompanhar, participar e fiscalizar a administração da organização, uma vez que estão adquirindo a capacidade de analisar, questionar e apresentar propostas. Desta forma inverte-se a lógica do controle, que passa a ser exercido a partir das bases. Além disso, o fato dos próprios trabalhadores estarem assumindo todas as funções da empresa exige que conheçam também a totalidade do processo de trabalho, de sua organização e que possam adquirir condições técnicas para desempenhar suas funções, pois o despreparo dos administradores, ou mesmo dos sócios é, na grande maioria das vezes, o principal motivo de insucesso dessas organizações.

Dentre as peculiaridades das organizações cooperativas mais recentes, deve ser destacada a presença de um grande número de mulheres. As trabalhadoras inserem-se nestas organizações, nas mais variadas atividades, especialmente as costureiras e domésticas, exercendo as mais diferentes funções, desde trabalhadoras em ocupações precarizadas, lideranças mais expressivas, até as funções de diretoria e presidência. Chama atenção, o fato de que, em muitas delas, o número de mulheres chega à 95% do total de cooperados, como ocorre no setor têxtil, por exemplo.

Entretanto, como ocorre no mercado de trabalho de forma geral, as condições de trabalho e as diversas formas de inserção de homens e mulheres no processo produtivo, se dá de maneira diferenciada.(HIRATA,1998)¹⁸ Dado que, em muitas destas experiências estão presentes propostas de inversão dos valores capitalistas, é possível que sejam estes, espaços propícios ao estabelecimento de relações mais democráticas entre os sexos. Espaços nos quais os direitos já assegurados aos homens, sejam estendidos às trabalhadoras; espaços nos quais as condições de trabalho contemplem as especificidades biológicas, sem contudo, recorrer à discriminação.(SEGNINI, 1998)¹⁹

Um breve olhar sobre as cooperativas constituídas no período mais recente, nos possibilita verificar, que o desemprego tem sido o principal motivo que desperta a retomada da idéia cooperativa, pois estas organizações sempre foram fortemente marcadas por um caráter social, que possibilita oportunidade de emprego e algum nível de socialização dos meios de produção. Aliado a este, a necessidade de serem recuperados os valores solidários, associativos, que procuram por meio do coletivo, responder à desigualdade e à pobreza, num cenário social profundamente marcado pelo individualismo.

É interessante notar que a solidariedade constituiu-se historicamente, em importante mecanismo social de organização e defesa, mesmo ao se considerar momentos históricos distantes, como a Inglaterra do século XVIII onde nasceu o cooperativismo, e o Brasil de hoje. Embora muito distantes, ambos momentos têm em comum o agravamento das condições socioeconômicas, o que impossibilita condições mínimas de sobrevivência para os que vivem exclusivamente do trabalho.

As experiências autênticas, apresentam maiores dificuldades, especialmente do ponto de vista financeiro. Ao lado das dificuldades, são apontadas por alguns autores, aspectos positivos da organização cooperativa. Culti

¹⁶ Sobre esta visão, cabe ressaltar que muitas das propostas de Qualificação Profissional, sejam oriundas do poder público ou da iniciativa privada, defendem esta mesma posição, de que a escolarização ou a qualificação poderão garantir a inserção social, o emprego e melhor qualidade de vida.

¹⁷ Culti, Op. Cit.

¹⁸ Hirata, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, Número 7, 1998.

¹⁹ Segnini, Lilliana R. P. *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1998.

lembra que, não obstante as adversidades do atual contexto, as cooperativas estão sobrevivendo e enfrentando a concorrência capitalista, cabendo aos trabalhadores decidirem se querem ou não trabalhar para si próprios e se querem dispor livremente de seu trabalho, o que lhes possibilitará também, gerir o capital. Defende que capital e trabalho devem caminhar juntos, e que devem ser abandonadas as atitudes isoladas, a concorrência entre os trabalhadores, priorizando-se a construção da organização coletiva do trabalho a partir de um capital comum.²⁰

Oliveira argumenta que ao se articular a cooperação com a participação, pressupõe-se um interesse de transformação de práticas e até mesmo das relações sociais. Defende que o resultado da cooperação deva ser apropriado por quem coopera, e que o cooperativismo é um instrumento aplicável tanto às economias de mercado, quanto às economias planificadas. (OLIVEIRA, 1999)²¹

Para Singer, a retomada do cooperativismo no Brasil evidencia um conjunto de interesses comuns que poderão levar "à consolidação comercial e financeira da economia solidária no Brasil e possivelmente em prazo um pouco maior à formação de uma frente político-parlamentar de apoio ao novo cooperativismo no Brasil".(SINGER, s/d. pp 04)²²

De modo geral estas organizações são muito jovens, nascidas durante os anos 90, estando portanto em processo de consolidação, o que dificulta um conhecimento mais profundo sobre seu desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA

1. Albuquerque, Paulo Peixoto. Cooperativas de trabalho, mudança das relações de produção? In: *Perspectiva*, Vol 12, n.1, São Paulo, Jan/mar/98
2. ANTEAG - Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária. "Empresa Social e Globalização". *Administração Autogestionária: uma possibilidade de trabalho permanente*. São Paulo: ANTEAG, 1998.
3. Autogestão, Emprego e Renda. São Paulo, ANTEAG (s.d.)
4. CHAGAS, Adélia & COSTA, Alexandre. Quando o operário vira patrão. *Atenção*, nº 4, 1996, pp 28-31.
5. Culti, M.N. *Sócios do suor: cooperativas de trabalho*. Texto apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET, 1999.
6. CUT- Central Única dos Trabalhadores/ Secretaria Nacional de Formação. "A formação e os desafios da CUT: Autogestão e Cooperativismo", São Paulo, 1996.
7. Dedecca, Cláudio. "Racionalização Econômica, emprego e relações de trabalho no capitalismo avançado". Tese de Livre Docência. Instituto de Economia-UNICAMP. Campinas, 1997.
8. Harvey, David. *A condição Pós-Moderna. Uma Pesquisa Sobre a Origem da Mudança Cultural*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
9. Hirata, Helena. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. In: *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, ano 4, Número 7, 1998.
10. Kuenzer, Acácia Z. *A Pedagogia da Fábrica: as relações de produção e a educação do trabalhador*. São Paulo: Cortez, 1985.
11. Lima, Jacob Carlos. "Cooperativas de Produção Industrial: Autonomia e Subordinação do Trabalho" In: Castro N.A. e Dedecca, C.S. (orgs) *A ocupação na América Latina: tempos mais duros. Associação Latino-americana de Sociologia do Trabalho*, São Paulo - Rio de Janeiro, 1998
12. Lodi, Lucia Helena. "Sindicato e organizações autogestionárias". In: Vieitez, C.G.(org). *A Empresa Sem Patrão*. Marília: UNESP, 1997, pp.89-94.
13. Nakano, Marilena. "Educação formal, política e empresa autogerida". In: Vieitez, C.G.(org). *A Empresa Sem Patrão*, Marília: UNESP, 1997, pp.42-46
14. Oliveira, Benedito M. *O terceiro setor como gênese de um poder de contraposição e as 'success stories'*. Texto apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, ABET, 1999.

¹⁹ Segnini, Lilliana R. P. Mulheres no trabalho bancário. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1998.

²⁰ Culti, Op. Cit.

²¹ Oliveira, Benedito Martins. *O terceiro setor como gênese de um poder de contraposição e as 'success stories'*. Texto apresentado no VI Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, Abet, 1999, pp 04.

²² Singer, Paul, Op. Cit.

15. Panzutti, Ralph. "Estratégias de financiamento das cooperativas agrícolas no Estado de São Paulo - caso da cooperativa dos agricultores da região de Orlândia". Tese de Doutorado em Economia - Instituto de Economia UNICAMP, Campinas, 1996
16. Pochmann, Márcio. "Políticas de emprego e renda no Brasil: algumas considerações". In: Bógus, Lúcia & Paulino, Ana Yara (orgs.). *Políticas de emprego, políticas de população e direitos sociais*. São Paulo: Educ, 1997. pp. 21-46.
17. Segnini, Líliliana R. P. *Mulheres no trabalho bancário*. São Paulo, EDUSP/FAPESP, 1998.
18. Sennett, Richard. *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Ed. Record, 1999.
19. Singer, Paul. "Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo". *Proposta*, nº 72 (março/maio) 1997. pp. 6-13
20. "Desemprego: uma solução não-capitalista" *Teoria & Debate*, nº 32 (agosto/setembro 1996).
21. __. *Cooperativismo e sindicatos no Brasil* (mimeo)
22. Tíriba, Lia Vargas. "Organizações Econômicas Populares: Desvelando contradições e desafios de estratégias populares de geração de trabalho e renda". Relatório de Pesquisa. (Mimeo).
23. __. "Cooparj - Cooperativa de Produção de Parafusos do Rio de Janeiro". *Proposta*, nº 74, (setembro, novembro) 1997, pp. 64-76
24. Universidade Federal do Rio de Janeiro. *Ossos do ofício - Cooperativas populares em cena aberta*. Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Coordenação do Programa de Pós-Graduação de Engenharia da UFRJ- Rio de Janeiro, 1998.
24. Universidade de São Paulo - Seminário sobre Incubadoras - Pontos essenciais da experiência da URFJ, São Paulo, set/1998.
25. Veiga, José E. R.; Vicente, Maria C. M. ;Baptistella, Selma da Silva L. "Trabalho volante, mudanças à vista". *Informações Econômicas*, 26 (4),1996.
26. Vieitez, Cândido Giraldez. *A Empresa Sem Patrão: temas da autogestão dos trabalhadores*. Marília,: UNESP, 1997, pp. 9-24

